

Governo prevê votação do fim da escala 6x1 neste ano

Equipe planeja unificar textos para agilizar a tramitação no Congresso

Brasília - A ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que o fim da escala de seis dias de trabalho por um de folga (6x1) no Brasil é prioridade para o governo federal neste ano. Em conversa com a imprensa nesta quarta-feira (28), ela afirmou que o governo pode enviar um projeto para unificar as propostas que já estão em tramitação no Congresso sobre o tema e que a expectativa é pela aprovação ainda no primeiro semestre.

“Depois do presidente [Luiz Inácio Lula da Silva] ter feito a correção do salário mínimo por aumento real, ter conquistado mais empregos para população, ter feito a isenção do imposto de renda [IR] para quem ganha até R\$ 5 mil, está na hora de cuidar da qualidade de vida do povo brasileiro”, disse Gleisi.

“Não é possível que as pessoas tenham um dia só por semana para descansar e para terem os seus afazeres domésticos e pessoais. Isso atinge princi-

palmente as mulheres. Então, o presidente Lula está determinado”, explicou a ministra.

Segundo ela, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, “é simpático” em colocar o tema em discussão e é papel do governo batalhar pela aprovação. Para Gleisi, o projeto tem apoio popular e, assim como a isenção do imposto de renda, deve ter o apoio de todo o parlamento.

“[O IR] foi um projeto que nós aprovamos por unanimidade nas duas casas do Congresso Nacional. Então, quando você tem a opinião pública, quando você mostra certeza de uma proposta, eu acho que a casa se mostra sensível”, afirmou, contando que alguns setores produtivos, como a indústria, já trabalham com escala diferenciada. (ABr)



Gleisi diz que Motta (à esquerda) é favorável a discutir tema

Outras prioridades

No próximo dia 2 de fevereiro, a Câmara e o Senado retomam os trabalhos legislativos. Além do fim da escala 6x1, a ministra Gleisi cita entre as prioridades do governo a aprovação do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, a regulamentação do trabalho por aplicativos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública e o projeto de lei antifacção, além de algumas medidas provisória como a de

criação do programa Gás do Povo e do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter no Brasil, o Redata.

Ainda, o governo está trabalhando para manter o veto do presidente Lula ao projeto de lei conhecido como PL da Dosimetria, aprovado em dezembro pelo Congresso Nacional. O texto prevê a redução de penas de condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro e pela tentativa de golpe de Estado.

Copom mantém taxa Selic em 15% ao ano

Brasília - Apesar do recuo da inflação e do dólar, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 15% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Essa é a quinta reunião seguida em que o Copom mantém os juros básicos. A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano.

A decisão unânime

ocorreu com o Copom desfalcado. No fim de 2025, expirou o mandato dos diretores de Organização do Sistema Financeiro, Renato Gomes, e de Política Econômica, Paulo Pichetti. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva só encaminhará as indicações dos substitutos na volta do Congresso Nacional, em fevereiro.

A taxa começou a ser elevada em setembro de 2024. A Selic chegou a 15% ao ano na reunião de junho do ano passado, sendo mantida nesse nível desde então. (ABr)

Anvisa aprova cultivo de cannabis por empresas

Brasília - A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou nesta quarta-feira (28) uma resolução que amplia o uso de terapias à base de cannabis. Com a norma, fica autorizada a venda do canabidiol em farmácias de manipulação e o cultivo da planta no país — por pessoas jurídicas — voltada para a fabricação de medicamentos e outros produtos aprovados.

Neste caso, a produção é restrita, compatível com a procura pelos itens e conforme indicado pelas empresas à Anvisa.

Está nos planos da Anvisa a criação de um comitê por ela coordenado, integrado pelos Ministérios da Justiça, da Saúde e da Agricultura e Pecuária. Ficará incumbido de manter ações permanentes de controle e assegurar fiscalização e segurança em todas as etapas de produção.

A partir desta nova resolução do órgão também fica permitida a comercialização de medicamentos usados via bucal, sublingual e dermatológica.

Outra possibilidade que se abre é a importação da planta ou do extrato dela para a fabricação de medicamentos.

Ficou decidido na reunião da Anvisa um limite de até 0,3% de THC (Tetrahydrocannabinol), composto da planta, tanto para materiais importados como para adquiridos. O THC é usado para tratamento de pessoas que vivem com diversas doenças debilitantes e crônicas.

As mudanças nas regras do uso da cannabis no país atendem a pedido do Supremo Tribunal Federal (STF) que, no fim do ano passado, determinou que a Anvisa regulamentasse o uso da planta desde que com fins medicinais. (ABr)

PF vai apurar suposta campanha contra o BC

Brasília - A Polícia Federal (PF) abriu um inquérito para apurar a existência de um ataque orquestrado ao Banco Central por meio das redes sociais, após a autoridade monetária ter liquidado o Banco Master.

As suspeitas surgiram após denúncias de influenciadores digitais de direita, que disseram ter sido abordados com propostas financeiras para gravar vídeos com críticas ao BC.

Um dos que vieram a público é Rony Gabriel, vereador de Erechim, no Rio Grande do Sul, pelo PL. Em entrevista ao jornal O Globo, neste mês, ele relatou ter sido procurado por executivos ligados a Daniel Vercaro, dono do Master.

Segundo o relato, a ideia seria criticar a liquidação

do Master e colocar em xeque a credibilidade do BC.

O Banco Master já é investigado no Supremo Tribunal Federal (STF), em inquérito sob a relatoria do ministro Dias Toffoli, por suspeitas de fraude financeira em operações envolvendo a compra da instituição pelo BRB, banco do Distrito Federal.

O negócio foi barrado pelo BC, sob a suspeita de que o banco público estaria adquirindo carteiras de crédito podres, ou seja, sem nenhum lastro em ativos reais.

Até o momento não há um número oficial para o rombo, com estimativas que vão de R\$ 2,4 bilhões a R\$ 4 bilhões. Os investigados, incluindo Vercaro, já começaram a ser ouvidos pela PF. (ABr)

Alckmin conversa com vice-presidente chinês

Brasília/Pequim - O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, conversou por telefone com o vice-presidente da China, Han Zheng, na manhã desta quarta-feira (28), informou o Palácio do Planalto, em nota. A agenda durou cerca de 30 minutos, segundo o Planalto. “As autoridades discutiram temas de interesse da agenda bilateral e coincidiram quanto ao excelente estado das relações sino-brasileiras”, afirmou o Planalto, na nota.

Um dos temas da conversa foi a aplicação de salvaguarda pela China sobre

a carne bovina importada, incluindo a brasileira.

Alckmin “demonstrou preocupação com as salvaguardas aplicadas pela China às exportações de carne bovina”, disse o Planalto. O presidente em exercício ressaltou ao vice-presidente chinês, segundo a nota, a “relevância do setor pecuarista para a economia brasileira e enfatizou ao vice-presidente chinês a importância do tema para o governo brasileiro”.

Alckmin convidou Han Zheng a participar da reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) no Brasil, em data ainda a ser definida. (AE)



Geraldo Alckmin

Corretora foi morta por síndico em Goiás, segundo Polícia Civil

Caldas Novas - A corretora de imóveis Daiane Alves de Souza, que estava desaparecida desde dezembro em Caldas Novas (GO), foi morta no subsolo do condomínio onde morava, após um “atrito” com o síndico, segundo informações divulgadas pela Polícia Civil de Goiás (PCGO) durante entrevista coletiva concedida nesta quarta-feira (28).

O síndico, Cléber Rosa de Oliveira, e seu filho, Maykon Douglas de Oliveira, foram presos na última madrugada sob a suspeita de terem matado a mulher. O advogado dos dois suspeitos diz aguardar acesso integral ao inquérito policial, à representação da autoridade policial e à decisão judicial para avaliar as próximas medidas. (AE)